

# A Igreja, os católicos e a política

Acaba Sua Eminência, o Cardeal Patriarca, de projectar um luminoso fecho de luz para o meio das trevas e indecisões do momento, declarando peremptoriamente, aos que têm apelado para a Igreja, que esta não tem resposta a dar-lhe sobre o actual problema político português.

Defensores do Estado Novo não têm occultado efectivamente a sua profunda estranheza pelo silêncio da Igreja perante o que eles chamam uma evidente ameaça à liberdade religiosa. Oposicionistas convictos manifestavam por igual a sua surpresa pelo mesmíssimo silêncio perante o que consideram um regime de opressão do pensamento.

Para uns, este silêncio corresponde a um suicídio. Para outros, a uma fraqueza e até traição aos princípios imortais do Evangelho. No fundo, uns e outros queriam ver a Igreja a seu lado. Ela, porém, «não se atrela ao carro de nenhum vencedor», nem se amarra a cadáveres. O presente não a aflige. Nem tem medo nenhum do futuro. A sua missão, toda de bondade e de bem, paira muito acima das paixões políticas, das lutas pelo poder e das ambições pessoais. Em si mesma reside a certeza do seu inviolável destino.

Pode sangrar em perseguição violenta ou ser amputada pela fúria do despeito. Sangue e lágrimas são para ela seiva imortal de vida, e o pão de cada dia. Não teme, não fraqueja, não vacilla, nem se assusta. Serenamente vai rasgando o seu caminho para o infinito, chamando atrás de si as almas sedentas de justiça e de paz.

Erram lamentavelmente portanto os que invocam o seu nome para obter mais firmeza para a sua candidatura, como aquéles que se encobrem com o seu prestígio para justificar as suas atitudes políticas. Chamada a terreiro, marcou firmemente a sua atitude à margem das lutas políticas. Aliás a mesma atitude de sempre e em todas as Nações.

Mas, se a autoridade eclesiástica nada tem que responder na política, o mesmo não acontece com os católicos como cidadãos. Possuidores duma doutrina, de libertação e de paz, trairiam as suas consciências se permanecessem indiferentes à vida política das Nações. E hoje, mais do que nunca, o dever impõe-lhes a sua presença na reconstrução do mundo.

Vencidos, com efeito, os totalitarismos fascistas, mais pelos germes de morte em si mesmos contidos do que pelo peso das armas, duas grandes forças restam face a face: o comunismo e a democracia cristã. Tudo o mais é paisagem mais ou menos interessante que ficará para trás na veloz marcha do futuro, num futuro próximo.

Deixar ao comunismo a tarefa de construir o mundo novo seria desconhecer as possibilidades de regeneração da humanidade. E, por isso, em todos os países europeus, onde existe forte corrente do pensamento católico, à volta da democracia cristã se têm agrupado homens de boa vontade, para tomarem conjuntamente em mão a enorme tarefa de levantar da ruína uma Europa devastada.

Nos países onde já se fizeram eleições, torna-se clara a evolução dos acontecimentos. Ainda no domingo passado, a Hungria, ocupada pelos soviéticos, manifestou insofismavelmente a sua vontade, dando grande maioria ao partido dos «Pequenos proprietários», precisamente aquéle que se propôs realizar na política o pensamento social das Encíclicas.

Nenhuma outra força se poderá com efeito opor com tanta eficácia, à comunicação da Europa, pois nenhuma como ela é capaz de responder plenamente aos profundos anseios da alma humana e às aspirações de reconstrução moral, tão necessária como a reconstrução material.

Este despertar da consciência social cristã está causando, em todo o mundo, uma profunda impressão.

Portugal não poderá certamente ficar alheio à evolução universal das ideias e ao reflexo das correntes de opinião. Pretende-se um mundo de justiça, de fraternidade verdadeira e de paz. E ele só poderá ser criado pela realização plena daquêles princípios fundamentais da sã filosofia cristã.

O caminho parece, portanto, não oferecer nenhuma espécie de dúvidas: a união de todos os portugueses, católicos ou não, à volta de um movimento de purificação dos erros cometidos por incompreensão de muitos, e uma guinada positivamente

leal para a realização, dentro das possibilidades nacionais, da verdadeira justiça social e do respeito pelas liberdades fundamentais da pessoa humana.

O regime de arbitrio de muitos

pequenos e médios funcionários, a arrogante sobrançeria de uns tantos dirigentes de grêmios, Casas de Povo, comissões de abastecimentos não pode, de maneira nenhuma, continuar. Como não pode continuar a indiferença, pouco menos do que criminosa, dos estabelecimentos de assistência pelos gravíssimos problemas de miséria que nos afligem e arruinam.

Ao trabalho é necessário dar a plena consciência das suas responsabilidades, deixando de considerar os trabalhadores como «menores» que nada podem fazer sem consentimento dos seus «tutores».

Enfim, um largo programa que só o espírito verdadeiramente cristão é capaz de compreender e certamente de realizar, para o bem da Pátria e das futuras gerações.

Os católicos são, portanto chamados pela sua consciência a unir esforços, estudar processos, procurar e auxiliar realizações que não podem esperar indefinidamente.

Face ao comunismo, que só pode ser vencido pela força de um ideal mais belo e pela realização da justiça, urge levantar não uma simples barreira, que ele pode finalmente transpor, mas uma política inteligente e humana, tal qual preconiza a verdadeira democracia cristã, fundada na solidariedade de todos os homens e no reconhecimento prático e não apenas teórico dos direitos de cada um à plenitude da vida, seja qual for a sua condição social.

ABEL VARZIM